

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO Nº , DE 2015

(Do Sr. José Carlos Aleluia, Helder Salomão, Paulo Teixeira e Valtenir Pereira)

Requer a realização de Audiência Pública conjunta para debater as obras do setor de petróleo, gás e energia.

Senhor Presidente:

Requeremos com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, que esta comissão e as Comissões de Desenvolvimento Indústria e Comércio e Minas e Energia realizem audiência pública conjunta para debater as obras do setor de petróleo, gás e energia.

Solicitamos que sejam convidadas a participar da audiência as seguintes autoridades:

- Sr. Ariovaldo Rocha, Presidente do Sindicato das Indústrias da Construção e Reparação Naval e Offshore – SINAVAL;
- Sr. Carlos Pastoriza, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos – Abimaq;
- Sr. José Maria Rangel, Coordenador-Geral da Federação Única dos Petroleiros – FUP;
- Sr. Manoel Vaz, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil e Pesada, Montagem e Manutenção Industrial de São Gonçalo, Itaboraí e Região – Sinticom;

- Sr. Francis Bogossian, Presidente do Clube de Engenharia;
- Sr. Valdir Simão, Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União – CGU;
- Sr. Luís Inácio Adams, Ministro-Chefe da Advocacia-Geral da União;

JUSTIFICAÇÃO

As 23 grandes empreiteiras do setor de petróleo, gás e energia contam com cerca de 50 mil empresas prestadoras e fornecedoras de produtos e serviços em suas cadeias produtivas, totalizando aproximadamente 500 mil empregos em suas obras. Elas representam de 12% a 13% da atividade econômica do País.

Dessa forma, é necessário um grande esforço para garantir a continuidade das obras realizadas por essas empresas. É fundamental, ainda, que sejam discutidos institutos legais que viabilizam o combate à corrupção e o ressarcimento de recursos desviados, mas que sejam preservadas as atividades empresariais.

Medidas precisam ser tomadas de modo a permitir que as grandes empreiteiras nacionais demonstrem a intenção de resgatar suas reputações junto à sociedade, mantido o afastamento de gestores envolvidos em práticas ilegais.

Ressalte-se, também, a importância de se preservar o conhecimento, a engenharia e a mão de obra dessas empresas. O fato de alguns dirigentes dessas empresas serem desonestos não deve ter como consequência a interrupção de suas atividades, pois, nesse caso, os trabalhadores e toda a sociedade brasileira serão prejudicados.

Em razão da importância estratégica da continuidade das obras das maiores empreiteiras do País, da preservação da atividade econômica e da manutenção dos empregos, contamos com o inestimável apoio

dos nobres pares desta Comissão para a aprovação deste requerimento de audiência pública conjunta.

Sala da Comissão, em de de 2015.

Deputado **Paulo Teixeira**
PT/SP

Deputado **José Carlos Aleluia**
DEM/BA

Deputado **Helder Salomão**
PT/ES

Deputado **Valtenir Pereira**
PROS/MT